

## Análise didática: uma questão sem solução?

Aloysio Augusto d'Abreu\*

**Resumo:** Inicialmente se procura caracterizar a psicanálise, definida e apresentada com diferentes objetivos, os quais se mostram coerentes e mesmo complementares, sendo assinalado o perigo de serem tomados isoladamente. São discutidos os aspectos peculiares da análise didática, como sua regulamentação, a relação do analista no meio societário e sua função didática. As motivações que podem levar um postulante a procurar uma análise didática também são alvo de considerações. Discute-se a divisão em duas psicanálises – a especial, para os candidatos, e a normal, para os pacientes –, bem como a divisão dos analistas em duas classes. A existência de um grupo de analistas considerado como elite possibilita que estes se arroguem o direito de ditar normas e regulamentos, excluindo a participação democrática de toda a instituição. O autor conclui afirmando que, se a análise dos que querem ser psicanalistas é um quesito indispensável a sua formação, não há como fugir de uma psicanálise que se chame ou não didática. Contudo, é necessário reformular os critérios que envolvem a análise de candidatos.

**Palavras-chave:** análise didática; análise especial; análise normal; análise regulamentada; análise autoritária.

A análise didática é um dos quesitos da formação analítica que têm sido alvo de sérios questionamentos. Não que seja o único ponto questionável na transmissão da psicanálise. Aliás, o que não é passível de controvérsias no ensino da psicanálise?

Há algum tempo, participei de uma discussão sobre a educação psicanalítica; depois de um longo debate, um dos presentes levantou a questão da necessidade de que, de algum modo, devíamos, inicialmente, deixar mais claro o que cada um de nós entendia por psicanálise e o que objetivávamos no trabalho analítico. Creio que é por onde devemos começar a nossa discussão sobre análise didática.

Quais são os objetivos de uma psicanálise, e especialmente de uma análise dita didática?

Tomemos algumas passagens dos escritos de Freud para ver como a psicanálise é por ele entendida em diferentes momentos, em seus aspectos técnicos e em seus objetivos:

- Nos princípios da psicanálise: apenas compreender as doenças nervosas (Freud, 1924/1976).
- Preencher e abolir a lacuna criada pela amnésia infantil (Freud, 1913/1976).

\* Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro SBPRJ.

- ♦ Desvendar os “complexos” (referia-se a recordações e associações de importância afetiva, total ou parcialmente inconscientes), dando ao médico e ao paciente acesso ao inconsciente, encontrando e vencendo as resistências e tornando consciente a contratransferência, a qual surgiria como resultado da influência dos pacientes sobre os sentimentos do analista. Aos que se propunham praticar a psicanálise, recomendava iniciar por uma auto-análise e fazê-la, continuamente; os próprios complexos e resistências internas do analista dariam os limites de seu avanço no trabalho analítico (Freud, 1910/1970).
- ♦ Trata-se de um processo pelo qual trazemos o material mental reprimido para a consciência do paciente (Freud, 1919/1976).
- ♦ A “psicanálise é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que, gradualmente, se acumula numa nova disciplina científica” (Freud, 1923a/1976).
- ♦ “A psicanálise é um instrumento que capacita o ego a conseguir uma progressiva conquista do id” (Freud, 1923b/1976).

É claro que nenhuma dessas visões sobre o que é a psicanálise, sua técnica e seus objetivos se excluem; pelo contrário, se completam. A ameaça está em se tomar um desses ângulos isoladamente e querer definir a psicanálise, ou, pior ainda, tomá-lo como sustentáculo de um procedimento técnico. Imaginemos um analista que se diga freudiano e oriente seu trabalho para a remoção da amnésia infantil e o preenchimento de suas lacunas e outro que adote, como princípio técnico, apenas a idéia de que o ego deve conseguir uma progressiva conquista do id. Ambos poderão se intitular “freudianos puros”, pois estão plenamente apoiados em Freud, mas suas técnicas e objetivos de trabalho serão completamente diversos, e provavelmente deficientes.

Vejamos, rapidamente, somente três autores, pois nosso objetivo se resume a mostrar como podem ser distintos os pontos de vista sobre a técnica e os objetivos da nossa ciência, não somente em função da corrente ou escola psicanalítica do autor, mas, principalmente, em função de visões muito pessoais. Gostaria de assinalar que mesmo objetivos e aspectos técnicos aparentemente tão diversos são adequados e pertinentes.

Melanie Klein (1975) assinala a necessidade de superação das ansiedades paranóides e depressivas, estabelecendo, em certa medida, a estabilidade dos objetos internalizados, apresentando consideração pelo objeto e capacidade de elaborar as situações de luto. Strachey (1934) considera que o resultado final de uma análise é permitir que a organização mental do paciente, fixada num estado infantil de desenvolvimento, progrida até a condição normal de adulto, e que haja uma modificação profunda no superego do paciente. Balint (1950) refere-se ao *new beginning*, isto é, a uma capacidade de recomeçar, alcançada num processo analítico que tenha tido bom êxito; é abandonada uma atitude de suspeita para com o mundo, o que permite o surgimento de um tipo de relação de objeto particular que pode ser chamada de “amor primário”, ou seja: uma nova tentativa de encontrar o objeto de amor que não se teve na infância, propiciando a aquisição da possibilidade de amar novamente.

Uma série de escolas e pensamentos psicanalíticos vê o processo analítico como o meio pelo qual se exerce a conscientização dos conflitos intrapsíquicos; é o que muitos cha-

mam de psicanálise clássica, com técnicas e objetivos distintos. Há outros que privilegiam as relações de objeto; são os relacionais, os intersubjetivistas etc., que têm como foco o entendimento da relação. (Sei que estou sendo muito simplista nessa divisão; contudo, para trazer as subdivisões desses grupos que apresento *grosso modo*, seria preciso me estender muito, o que não é o objetivo aqui.)

Vamos nos deter em outra questão que freqüentemente nos é apresentada: é a psicanálise uma terapia? É a psicanálise uma pesquisa, pura e simples, que objetiva o autoconhecimento? Ou uma pesquisa da mente que, secundariamente, teria função terapêutica? Penso serem questões que ainda geram controvérsias. Se a psicanálise é uma forma de terapia, o psicanalista trabalhará objetivando a cura e a melhora do paciente, mas aprendemos que o analista deve trabalhar com a mente livre de desejos, com a atenção flutuante, e, dessa forma, ser capaz de associar livremente, ou melhor: sem lembrança e sem desejo, como nos ensina Bion. Além do mais, se pensarmos em termos de sintomas – os quais são, muitas vezes, o que leva o paciente a procurar a psicanálise –, nós nos colocaremos numa posição extremamente frágil; sabemos não ser a psicanálise uma terapia que visa, primariamente, a remoção do sintoma, e, se o objetivo é pura e exclusivamente removê-lo, há outras terapias mais eficientes. Entretanto, se pensarmos a psicanálise puramente como pesquisa que objetiva o autoconhecimento, creio que poucas pessoas a procurariam, pois poucos estariam dispostos a despender tanto tempo e dinheiro para apenas se conhecer. Não nos esqueçamos de que, como um dos princípios para a indicação de psicanálise, muitos analistas tomam o fato de o paciente apresentar algum sofrimento mental. Complicado, não?

A posição extremada, em que a psicanálise é vista apenas no seu aspecto investigatório, penso ter origem nas preocupações de Freud com o que ele chamou de *furor curandi*. Num trabalho de 1915, “Observações sobre o amor de transferência”, mostrou sua preocupação com dificuldades contratransferenciais ligadas à onipotência do analista, desejoso de obter com os pacientes resultados milagrosos, e em curto prazo. Sem querer negar a função terapêutica, procurou dar ênfase à pesquisa.

Também não podemos esquecer que, se a psicanálise é vista como terapia, isto é, como uma psicoterapia, ela se torna uma atividade da área da psicologia e da medicina; de outra parte, se vista como pesquisa dos processos mentais, torna-se uma atividade que pode ser exercida por profissionais de diferentes áreas.

Entendo que o processo analítico é uma pesquisa que tem como meta permitir ao paciente adquirir uma percepção de seus mecanismos mentais, conquistando um maior *insight* e maior amadurecimento emocional, o que melhoraria sua condição de vida. Esse processo se dará através da experiência vivida dentro da transferência e de sua interpretação na situação analítica.

Se os objetivos de uma psicanálise e suas técnicas são tão variáveis, qual seria, então, o objetivo da análise dita didática? Preencher e abolir a lacuna criada pela amnésia infantil? Dar ao futuro psicanalista a possibilidade de superar suas resistências, desvendando seus complexos inconscientes e tornando consciente a contratransferência? Capacitar seu ego a um maior controle sobre os impulsos do id? Tratar sua neurose e/ou sua psicose? Superar as ansiedades paranóides e depressivas? Promover o desenvolvimento de um estado infantil até a condição normal de adulto, com modificação no superego? Ter a capacidade de recomençar? Parece-me que tudo isso e mais alguma coisa.

Os objetivos da análise didática se confundiriam com os de uma análise *tout court*, para usar a expressão de Luiz Meyer (2003). Contudo, devem ser consideradas determinadas especificidades:

- A análise didática é uma “análise regulamentada” pelo instituto da sociedade de psicanálise, tendo sua frequência e duração mínima estipulados pela instituição.
- O analista está mais exposto a um convívio social com seu analisando do que com um paciente comum, pois frequentam a mesma sociedade.
- Há a função de ensino, que permite ao paciente “aprender”, através de sua própria análise, como trabalhar com os pacientes.

O normal seria o processo analítico se dar entre duas pessoas, em que as questões surgidas fossem particulares à dupla, sem intervenções externas; contudo, isso não ocorre na análise didática. A instituição se faz presente, tirando da dupla a liberdade de tomar certas decisões que podem vir a ser importantes para o bom êxito do processo. Temos a experiência de que, em algumas análises, fazem-se necessárias adaptações do *setting*, podendo ser provisórias ou permanentes, sem, contudo, haver prejuízo para o seu bom êxito, mas, ao contrário, podendo ser o melhor caminho para lá chegar.

Há uma preocupação normal, porém excessiva, das instituições psicanalíticas em formar bons analistas. Em minha participação no Comitê de Educação da IPA, constatamos que, apesar da diversidade do ensino adotado pelas sociedades ligadas à IPA, não há duas instituições que adotem modelos idênticos. É comum a todas o desejo de dar aos seus candidatos a melhor formação. Estou certo de que cada uma delas acha que sua formação é a melhor. Essa preocupação em propiciar a melhor formação encerra, porém, uma desconfiança de seus membros cuja exteriorização se evidencia pelo excesso de regulamentações. A IPA, como “guardiã da boa psicanálise”, muitas vezes se perde ao tentar legislar sobre a psicanálise, esquecendo-se não só de peculiaridades regionais, mas também de que a psicanálise é uma atividade particular, envolvendo uma dupla única e *sui generis*.

Os membros de uma sociedade são credenciados para a função de analistas dos candidatos por serem considerados os mais qualificados, constituindo a “elite” da instituição. Contudo, não são merecedores de confiança, necessitam de normas e leis para que se enquadrem e não cometam “barbaridades”. Levanto duas questões: essas dúvidas não seriam em relação à própria eficácia da psicanálise? Por não podermos saber, na realidade, o que ocorre neste espaço tão privado que é o consultório, será que essas normas e leis evitam, realmente, que inépcias ou absurdos sejam ali cometidos?

Outra questão, que já ouvi ser designada, por alguns, de promiscuidade, é o convívio que o analista tem na sociedade de psicanálise com seu paciente. O paciente-candidato teria mais facilidade de acesso a informações sobre o seu analista do que um paciente comum. A proximidade, na mesma sociedade, abre a possibilidade de ver o analista em seminários ou participando de reuniões científicas, além, é claro, de permitir ouvir comentários de colegas e de outros analistas sobre ele. Evidentemente, tais fatos trarão dificuldades relacionadas à transferência e à contratransferência. Contudo, não podemos esquecer que pacientes, parentes de analistas ou que tenham algum tipo de relacionamento com amigos ou parentes nossos têm maiores possibilidades de obter informações sobre nossa vida particular. Há,

ainda, aqueles que mantêm contato direto conosco fora do *setting* analítico, como em faculdades, cursos, clubes etc.; seriam dificuldades do mesmo gênero. Todas essas situações são ocorrências que confiamos poderem ser trabalhadas na relação psicanalítica.

O analisando deve aprender, ou melhor, experienciar, através de sua própria análise, como trabalhar com seus pacientes, sendo esta uma importante diferença existente entre uma análise com um paciente comum e com aquele que se propõe ser psicanalista. O aprendizado, num primeiro momento, se dá por imitação, e somente *a posteriori* se dará por *insight*. Não estamos deixando de lado as identificações normais da relação. Creio que este será, também, o caminho normal de um candidato a psicanalista; inicialmente, tentará imitar seu analista; somente com o tempo e evolução de seu processo de elaboração adquirirá um modo próprio de trabalho. Assim sendo, será perfeitamente normal que o candidato trabalhe durante um longo tempo “imitando” seu analista. Não é aí que reside o problema, mas, sim, na continuidade dessa imitação/fusão ou confusão com a figura do analista, situação que com frequência presenciamos nas sociedades de psicanálise. Esses pacientes, mesmo depois de se credenciar como psicanalistas, continuam a reverenciar seus didatas como verdadeiros gurus, “portadores das verdades definitivas”.

Balint (1948) alerta para o processo de submissão dos candidatos, os quais se tornam intimidados e dependentes de seus mestres; as análises didáticas estariam formando candidatos à imagem e semelhança de seus analistas.

Evidentemente, a análise didática é um propiciador desse tipo de patologia, estimulando as idealizações, mas não podemos negar que tais situações também podem estar presentes numa análise *tout court* (Meyer, 2003). O convívio societário é um elemento propiciador da exacerbação de idealizações, correndo o risco de ser estimulado pelo narcisismo do analista. Seu incentivo se dá mais em função do narcisismo do psicanalista do que pelo fato de a análise ser didática. Evidentemente, o fato de colegas da sociedade saberem que aquele candidato é paciente de determinado analista não deixa de despertar, neste último, suas necessidades narcísicas; ele procurará fazer com que os êxitos do candidato sejam a ele atribuídos, à parte, é claro, o anseio de vir a ter um discípulo e seguidor. Lembraria que dificuldades ligadas ao narcisismo do analista podem surgir, igualmente, nas análises de pacientes parentes de colegas, por aqueles encaminhados por alguém que desperte o desejo do analista em demonstrar um bom trabalho, por pacientes que ocupem cargos de importância etc.

Outra questão pouco comentada que se relaciona ao aprendizado e pode estar presente na análise de formação, à semelhança do que Freud chamava de *furor curandi*, é o que chamo de “furor didático”. O analista se vê, freqüentemente, instado pelo paciente-candidato a exercer o papel de professor-supervisor. É natural que candidatos tragam para a análise situações por eles vividas com seus pacientes, à procura de uma supervisão. Esse papel de supervisor pode ser facilmente assumido, podendo, com freqüência, perder-se de vista o material latente que estaria contido nessas comunicações. O “furor didático” não é uma ocorrência específica da análise didática; em outras análises, com freqüência, somos solicitados por nossos pacientes a dar alguma orientação sobre dificuldades psicológicas que possam estar ocorrendo com seus familiares, ou ainda a respeito de questões como explicações ou informações ligadas à psicanálise. Grave, devido a problemas éticos, é o analista dar orientações ou opiniões quando o candidato o consulta sobre a quem procurar para supervisor ou manifestar-se sobre cursos ministrados no instituto de formação.

Os modelos que pretendem desvincular a psicanálise do candidato da formação propriamente dita – por exemplo, o modelo reconhecido pela IPA como francês – objetivam, de algum modo, contornar essas dificuldades. Nesse modelo, o postulante somente passaria a frequentar os cursos do instituto depois de concluir sua análise ou quando esta já estivesse bastante adiantada. A ênfase na formação passa a recair na supervisão e não mais na análise pessoal. Críticas feitas aos analistas didatas – eles constituiriam uma estrutura oligárquica, com concentração de poderes, e abusos seriam cometidos – passaram a ser feitas aos supervisores. Embora a desvinculação da análise do candidato tenha a vantagem de corrigir várias distorções, ela não perderia a conotação de didática. A sociedade continuaria a ter uma “lista” de analistas que atestaria serem idôneos para analisar postulantes, mesmo que dessa lista constassem todos os seus membros. Além, evidentemente, de ser impossível fugir de parâmetros para avaliar a análise a que se submeteu o postulante ao ingresso nos cursos do instituto. Essa análise não escapará de algumas normas.

Não há como negar a importância da análise pessoal do psicanalista. A simples existência dessa situação características de didática à análise de qualquer postulante a psicanalista. Fabio Herrmann (1993) relata uma interessante experiência que teve ao participar de uma mesa sobre formação psicanalítica, no congresso de um grupo lacaniano. Pôde argumentar que também eles tinham uma espécie de análise didática, uma análise regulamentada; apesar da surpresa dos presentes, houve uma concordância sobre sua afirmativa.

Não me parece que uma pessoa, algum tempo depois de terminar uma análise realizada sem o desejo de vir a ser psicanalista, resolva sê-lo e se inscreva num instituto de formação. A regra, me parece, é que já exista esse desejo no momento em que se procura um analista ou que esse desejo surja durante a análise, e não após o seu término.

Questiona-se a contaminação de um processo analítico em decorrência do desejo do paciente de ser analista, havendo a possibilidade de o interesse estar voltado exclusivamente para uma formalidade burocrática. Pensemos algumas hipóteses sobre as motivações que levariam um postulante a submeter-se a uma análise.

A primeira hipótese seria atender a uma das exigências da formação psicanalítica. Esse paciente-postulante não teria queixas nem relataria sofrimentos. Num primeiro momento, conforme pensam muitos, essa motivação pode ser julgada imprópria para que se inicie uma psicanálise. Sabemos, entretanto, que com frequência recebemos em nossos consultórios pacientes que se queixam de problemas com o cônjuge, com os filhos, no trabalho etc., atribuindo seus sofrimentos apenas a determinadas situações externas; contudo, com o prosseguimento da análise, surgem ricos materiais que nos permitem realizar um proveitoso processo analítico.

Em uma oportunidade, recebi no consultório uma pessoa que procurou análise porque desejava ser psicanalista. Não se queixava de sofrimentos e se achava bastante normal e ajustado ao seu ambiente. Desejava fazer análise apenas para cumprir uma formalidade da formação. Sua análise, inicialmente, se processou sem maiores ocorrências; sentia que minhas interpretações com frequência eram vistas como aprendizagem e eram intelectualizadas. Com a evolução da análise e o ingresso do paciente na formação, houve uma mudança radical em seu comportamento, quando pôde trazer seus conflitos e sofrimentos. Passara, realmente, a fazer análise, objetivando se compreender e melhorar seus sofrimentos, os quais, até então, não eram percebidos. Num primeiro momento, suspeitei haver uma dissi-

mulação, para que ele pudesse ser aceito na formação, mas posteriormente pude comprovar que era real a falta de consciência em relação as suas dificuldades.

Admito que nada impeça que alguém procure uma psicanálise apenas para se tornar analista e que essa análise evolua de modo bastante produtivo e satisfatório.

Outra hipótese diz respeito àqueles que apresentam sofrimento mental, tendo maior ou menor consciência da existência de suas dificuldades emocionais, e que mesmos desejosos de vir a ser psicanalistas procuram ajuda para suas dificuldades. Estes talvez sejam a maioria dos que postulam ser psicanalista. Creio ser possível desenvolverem-se dentro de um proveitoso processo analítico, pois o desejo de superar as dificuldades se superpõe ao desejo de se tornarem psicanalistas.

Mencionaria ainda aqueles pacientes que procuram a psicanálise apenas com o objetivo de melhorar seus sofrimentos emocionais e que, após um longo período de análise, passam a desejar ser também psicanalistas. Nesses casos, como sublinham vários autores, cabe ao analista analisar esse desejo, da mesma forma que são passíveis de interpretação outros desejos. Alguns argumentam que esses casos devem ser encarados de modo diferente, podendo ser vistos como expressão de identificação, inveja, competição, rivalidade etc. com o analista, porquanto esse desejo se liga a uma atividade do analista. Penso que a questão deva ser trabalhada pelo analista com bastante cuidado, pois desejos legítimos podem ser abortados em consequência de visões precipitadas e distorcidas. Guardadas as devidas proporções, um paciente que saiba qual é o nosso automóvel e mostre o desejo de comprar um igual, da mesma marca e modelo, também deverá ter suas motivações pesquisadas, sem que percamos de vista que esse possa ser um desejo legítimo, não envolvendo, necessariamente, sentimentos de inveja e competição com o analista.

Outra questão que não podemos deixar de pensar é o que representa o analista didata dentro da instituição psicanalítica. Como assinala Luiz Meyer (2007), a análise didática cria uma divisão: os analistas especiais, melhores que os demais, são os únicos capazes de preparar futuros colegas, enquanto os outros tratam apenas pacientes comuns. Dessa forma, criam-se também duas categorias de psicanálise: uma psicanálise de primeira classe e outra de segunda classe.

São do conhecimento de todos aquelas situações de pacientes em análise com não-didatas que, ao desejarem ingressar numa formação analítica, vêem-se obrigados a trocar seu analista por um didata. Tais situações com frequência geram dificuldades, por vezes incontornáveis.

O que faz um analista receber o título de didata é estabelecido de diferentes formas pelas sociedades; pode ser por apresentação de trabalhos, por tempo e participação nas atividades institucionais, por escolha ou eleição em reunião de outros didatas etc. Qualquer que seja o processo de nomeação, todos encerram o princípio de que está sendo indicado alguém que se distingue entre os mais capazes. E serão mesmo mais capazes de conduzir um processo analítico melhor do que os outros membros? Sabemos que pode haver um bom trabalho clínico com uma sustentação teórica pobre; da mesma forma, podemos ter ricas teorizações com um trabalho clínico insuficiente. Produções científicas que contenham boas apresentações clínicas, brilhante participação em sessões científicas ou quaisquer outros critérios de avaliação que se adotem não nos darão a certeza de que determinado colega faça um bom trabalho em seu consultório e possa conduzir, com a maestria idealizada, a

análise de um futuro psicanalista. Será que somos capazes de avaliar nossos pares com uma isenção, não absoluta, mas pelo menos desejável?

A permanência do poder, nos institutos de formação, na mão de alguns analistas é um fator que não deve ser desprezado na manutenção da “classe dos didatas”. É bem verdade que em várias sociedades os membros não-didatas têm tido participação ativa nos destinos da sociedade e até mesmo nas decisões e regulamentações dos institutos.

O ideal de uma superanálise, a análise didática, surgiu em consequência de preocupações de Ferenczi, que, receoso da patologia das associações psicanalíticas, via crescer a megalomania, a vaidade e a submissão a interesse pessoal, em detrimento do bem comum. Como forma de coibir essa patologia, desejava que o candidato fosse melhor analisado que seu analista, que as mais profundas fraquezas de caráter pudessem ser tratadas, preconizando uma “análise absolutamente completa” (Balint 1948).

Várias têm sido as publicações – Bernfeld (1962), Szasz (1958), Kernberg (1986, 1996) e outros – denunciando os prejuízos que as sociedades de psicanálise sofrem em decorrência de ortodoxias e conservadorismo para permanência do *statu quo*, muitas vezes a serviço da manutenção do poder dos didatas, em prejuízo do espírito científico que deveria reinar numa instituição psicanalítica.

Penso que decisões tomadas por grupos que se assenhoreiam do poder numa sociedade científica, nele se perpetuando, levarão essa instituição, forçosamente, à esterilidade e ao aniquilamento da criatividade. Inegavelmente, a criação de uma categoria superior à demais determina que estes se julguem os mais capazes para ditar leis e normas. Sabemos que todo agrupamento humano cria naturalmente hierarquias. Não será a eliminação pura e simples do analista didata que impedirá a formação de grupos que se apoderem despoticamente do poder, mas, se for eliminada a “divisão de classes” dentro das sociedades, desaparecerão aqueles que se julgam possuidores naturais de um poder considerado legítimo.

Finalizando, diria que a análise didática não é a responsável por tantos males como é acusada. Há consenso entre os analistas de que, para aqueles que desejam exercer a psicanálise, é indispensável submeter-se a um processo analítico; não há como fugir da análise didática, ou análise de candidatos, ou que nome se queira adotar. Há, entretanto, conforme assinalamos aqui, algumas questões que devem ser pensadas:

- ♦ A regulamentação excessiva da análise de candidatos, o que a torna, sob alguns aspectos, antianalítica.
- ♦ A criação de duas psicanálises: a de primeira classe ou didática e a de segunda classe ou comum.
- ♦ O título de analista didata impõe às sociedades uma hierarquia que permite que alguns escolhidos se sintam eleitos para ditar leis e normas.
- ♦ A desmistificação da análise didática como a verdadeira responsável pela formação de um bom psicanalista.
- ♦ A psicanálise é uma criação humana, falível como tal, incapaz de formar seres perfeitos.

**Análisis didáctico: una cuestión sin solución?**

**Resumen:** Inicialmente, se trata de caracterizar el psicoanálisis, que se define y presenta con diferentes objetivos, los cuales se muestran coherentes y hasta mismo complementares, mostrándose el peligro de que se tomen separadamente. Son discutidos los aspectos peculiares del análisis didáctico, como su reglamentación, la relación del analista en el medio societario y su función didáctica. Las motivaciones que pueden llevar a un postulante a buscar análisis didáctico también son tomadas en consideración. Se discute la división en dos psicoanálisis – la especial, para los candidatos, y la normal, para los pacientes –, bien como la división de dos clases de analistas. La existencia de un grupo de analistas considerado como elite posibilita que estos se den el derecho de dictar normas y reglamentos, excluyendo la participación democrática de toda la institución. El autor concluye afirmando que, se el análisis de los que quieren ser analistas es un requisito indispensable para su formación, no hay como escapar de un análisis que se llame o no didáctico. Con todo, es necesario repensar los criterios que envuelven el análisis de los candidatos.

**Palabras clave:** análisis didáctico; análisis especial; análisis normal; análisis reglamentado; análisis autoritario.

**Training analysis: an unsolved issue?**

**Abstract:** Initially there is an attempt to characterize psychoanalysis, defined and presented with different goals, which are coherent and up to an extent, complementary. The hazard of these being solely taken is pointed out. Training analysis' peculiar aspects are discussed, such as: its regulation, the analyst's relationship in the society he belongs to and its training function. Motivations that might lead to the seeking of training analysis are also at the core of considerations. A division into two different psychoanalysis is discussed – a special one, for candidates, and a normal one, for patients –, as well as the division between two classes of analysts. The existence of a group of analysts considered as an elite enables them the right to dictate rules and regulations, excluding the institution's democratic participation as a whole. The author concludes by stating that, if the analysis of those who wish to become psychoanalysts is an essential part of their training, there is no way of escaping an analysis whether it is named as training analysis or not. However it is necessary to reformulate the criteria involving candidates' analysis.

**Keywords:** training analysis; special analysis; normal analysis; ruled analysis; authoritarian analysis.

**Referências**

- Balint, M. (1948). On the psycho-analytic training system. *International Journal of Psycho-Analysis*, 29, 163-173.
- \_\_\_\_\_. (1950). On the termination of analysis. *International Journal of Psycho-Analysis*, 31, 196-199.
- Bernfeld, S. (1962). On psychoanalytic training. *Psychoanalytic Quarterly*, 31, 453-482.
- Freud, S. (1970). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol. 11, p. 127-136. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910.)
- \_\_\_\_\_. (1976). O interesse científico da psicanálise. Parte II. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol. 13, p. 211-226. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913.)
- \_\_\_\_\_. (1976). Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol. 12, p. 208-221. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915[1914].)
- \_\_\_\_\_. (1976). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol. 17, p. 201-211. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919[1918].)

- \_\_\_\_\_. (1976). Dois verbetes de enciclopédia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol. 18, p. 286-307. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923a[1922].)
- \_\_\_\_\_. (1976). O ego e o id. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol. 19, p. 23-76. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923b.)
- \_\_\_\_\_. (1976). Uma breve descrição da psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. J. Salomão. Vol. 19, p. 239-259. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924[1923].)
- Herrmann, F. (1993). Análise didática: uma história feita de críticas. *Jornal de Psicanálise*, 26(50), 29-69.
- Kernberg, O. (1986). Institutional problems of psychoanalytic education. *Journal of the American Psychoanalytical Association*, 34, 799-834.
- \_\_\_\_\_. (1996). Thirty methods to destroy the creativity of psychoanalytic candidates. *International Journal of Psychoanalysis*, 77, 1031-1040.
- Klein, M. (1975). On the criteria for the termination of a psycho-analysis (1950). In M. Klein, *Envy and gratitude and other works, 1946-1963* (p. 43-47). London: Hogarth Press.
- Meyer, L. (2003). Subservient analysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 84, 1241-1262.
- \_\_\_\_\_. (2007). *Debe seguir existiendo el análisis didáctico?* Trabalho apresentado no 45º Congresso da Associação Psicanalítica Internacional, Berlim, Alemanha.
- Strachey, J. (1934). The nature of the therapeutic action of psychoanalysis. *International Journal of Psycho-Analysis*, 15: 127-157.
- Szasz, T. S. (1958). Psycho-analytic training: a socio-psychological analysis of its history and present status. *International Journal of Psycho-Analysis*, 39: 598-613.

[Recebido em 28.9.2007; aceito em 1.10.2007]

Aloysio Augusto d'Abreu

[Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro SBPR]

Praia de Botafogo, 422/605

22250-040 – Rio de Janeiro RJ – Brasil

dabreu@alternex.com.br